



ΠΡΟΜΕΘΕΥΣ

Journal of Philosophy

n. 33 maio - agosto de 2020

Dossiê Linguagem e Cognição

Editores: Marcus Souza, Marcos Silva & Maxwell Lima Filho



DE VOLTA AO QUARTO DE MARY

Cícero Antônio Cavalcante Barroso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO: Neste artigo, apresento uma análise do Argumento do Conhecimento (AC), tal como formulado em Jackson (1982) a partir da estória de Mary, assim como de algumas das principais objeções que lhe foram dirigidas. Depois de apontar as razões pelas quais penso que o AC escapa dessas objeções, ofereço uma objeção que me parece incontornável e que reduz consideravelmente a potência ofensiva do AC contra o fisicalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Argumento do Conhecimento. Fisicalismo. Informação Fenomênica.

ABSTRACT: In this article, I present an analysis of the Knowledge Argument (KA), as formulated in Jackson (1982) on basis from Mary's story, as well as of some of the main objections addressed to it. After pointing out the reasons why I think the KA escapes these objections, I offer an objection that seems to me to be unavoidable and that considerably reduces the KA's offensive power against physicalism.

KEYWORDS: Knowledge Argument. Physicalism. Phenomenal Information.

1. Introdução

O Argumento do Conhecimento (AC), tal como proposto por Frank Jackson em seu célebre artigo *Epiphenomenal Qualia*, de 1982, é concebido e apresentado como uma refutação do fisicalismo. Neste artigo, argumentarei que ele não cumpre esse desiderato. Antes, porém, de indicar onde está o seu calcanhar de Aquiles, iniciarei examinando sua estrutura e fazendo algumas observações relevantes, e prosseguirei reavaliando pelo menos parte das objeções que lhe foram feitas. Mostrarei que, embora haja boas respostas para quase todas essas objeções, há uma objeção que parece mais difícil de responder. De acordo com ela, o grande problema do AC reside na concepção de fisicalismo apontada por Jackson. Concluirei então que, em razão disso, o AC não funciona como uma refutação geral do fisicalismo, mas apenas de uma cepa mais questionável de fisicalismo.

2. As estórias e o argumento

Jackson (1982) começa com caracterizações muito gerais dos conceitos de *informação física e fisicalismo*. Posto de forma resumida, o que Jackson afirma, em primeiro lugar, é que informação física é qualquer informação fornecida por teorias científicas ou qualquer informação sobre o papel funcional dos nossos estados internos. Em outras palavras e de modo resumido, informação física é o que poderíamos chamar de ‘informação científico-funcional’, ou apenas, por conveniência, de ‘informação científica’, desde que podemos conceber que as ciências cognitivas podem fornecer a informação relevante sobre o papel funcional dos nossos estados internos.

Em segundo lugar, Jackson assume a verdade do seguinte enunciado:

(1) O fisicalismo declara que toda informação (correta) é informação física.

Esses esclarecimentos iniciais são necessários para construir certos consensos mínimos sobre os termos que serão usados no AC.

O próximo passo é apelar para estórias envolvendo personagens que têm toda

informação física sobre certo tópico X, mas não têm toda informação sobre X. Jackson (1982) narra duas histórias, a história de Fred e a história de Mary.

A primeira história é sobre um sujeito que vê pelo menos uma cor que ninguém mais sabe como é. Diante de uma pilha de tomates, que aos nossos olhos são unicamente vermelhos, Fred vê duas cores tão diferentes quanto amarelo e azul, cores que ele chama respectivamente de vermelho_1 e vermelho_2 . Como ninguém mais vê o que Fred vê, podemos dizer que Fred sabe de algo sobre vermelho_1 (e vermelho_2) que nós não sabemos. Além disso, mesmo que alguém viesse a estudar a fisiologia de Fred e chegasse a ter toda a informação física sobre as mudanças fisiológicas que ocorrem no corpo de Fred quando ele vê vermelho_1 (ou vermelho_2), isso ainda não seria suficiente para dar a essa pessoa informação sobre como é ver vermelho_1 (ou vermelho_2).

A segunda história é a mais famosa. A apresentação que Jackson faz da sua personagem dificilmente poderia ser mais objetiva:

Mary is a brilliant scientist who is, for whatever reason, forced to investigate the world from a black and white room via a black and white television monitor. She specialises in the neurophysiology of vision and acquires, let us suppose, all the physical information there is to obtain about what goes on when we see ripe tomatoes, or the sky, and use terms like 'red', 'blue', and so on (JACKSON, 1982, p. 130).

Com base nesse relato, Jackson levanta uma questão: o que acontecerá se Mary conseguir sair do seu quarto? Ela obterá alguma informação nova sobre cores? Se respondermos que sim, então temos que admitir duas coisas:

- (2) Em seu quarto, Mary tinha toda informação física sobre cores.
- (3) Em seu quarto, Mary não tinha toda informação sobre cores.

Se combinarmos os enunciados (1), (2) e (3) temos o seguinte argumento:

P1: O fisicalismo declara que toda informação é informação física.

P2: Em seu quarto, Mary tinha toda informação física sobre cores.

P3: Em seu quarto, Mary não tinha toda informação sobre cores.

C1: Existe informação não-física sobre cores (de P2 e P3).

C2: O fisicalismo é falso (de P1 e C1).

É importante fazer algumas observações neste ponto.

Em primeiro lugar, deve-se observar que o argumento acima é uma instância do AC, não o AC propriamente dito. O AC é, na verdade, a forma do argumento acima, mas, por metonímia, podemos chamar tal instância de AC. Não devemos esquecer, porém, que seria possível montar um argumento com a mesma forma a partir da estória de Fred (S tem toda informação física sobre Fred, e S não tem toda informação sobre Fred, e dado que o fisicalismo diz que toda informação é física, o fisicalismo é falso). De fato, seria possível montar diferentes argumentos com essa mesma forma (e.g., S tem toda informação física sobre morcegos, e S não tem toda informação sobre morcegos, e dado que o fisicalismo diz que toda informação é física, o fisicalismo é falso). Em todos esses casos, temos exemplos do AC.

Uma segunda observação relevante sobre o AC é que sua versão desenvolvida por Frank Jackson foi concebida como um argumento antifisicalista, ou seja, seu objetivo é mostrar que o fisicalismo é falso. Essa é uma pretensão extremamente ousada, uma vez que, tanto na filosofia como na ciência, a crença de que a visão científica do mundo implica o fisicalismo é largamente aceita. Para quem tem essa crença, negar o fisicalismo implica em negar a visão científica do mundo. O próprio Jackson esteve sempre preocupado em mostrar que é possível separar as coisas, isto é, é possível insurgir-se contra o fisicalismo mantendo-se fiel ao espírito científico. Para ele, o que a ciência implica não é o fisicalismo, mas a tese do fechamento causal do mundo físico, a tese de que todo efeito no mundo físico tem uma causa física. Assim, é possível defender que o mundo inclui elementos não-físicos desde que esses elementos não produzam nenhum efeito físico no mundo. E é exatamente isso que Jackson (1982) vai defender acerca dos *qualia*, é possível reconhecer a sua natureza não-física desde que se assinale seu caráter epifenomênico. De todo modo, mesmo que o AC não ameace a visão científica do mundo, seu insolente ataque ao fisicalismo foi desde o início visto como algo que não poderia ficar sem resposta. Daí a contagiante e duradoura polêmica suscitada pelo AC. A situação é retratada de forma sugestiva por William Lycan: “Someday there will be no more articles written about the ‘Knowledge Argument’ (NAGEL 1974, JACKSON 1982). That is beyond dispute. What is less certain is, how much sooner that day will come than the heat death of the universe” (LYCAN, 2003, p. 384).

Uma terceira observação diz respeito ao nome do argumento em pauta. Por que ‘Argumento do Conhecimento’? Como vimos, inicialmente, o argumento é expresso em

termos de informação. Ocorre, porém, que Jackson (1982) não faz um uso muito rigoroso dos termos ‘informação’ e ‘conhecimento’, dando a ideia de que os termos podem ser intercambiados livremente no âmbito da discussão do AC. Com efeito, no artigo, vemos o autor afirmar indistintamente que Mary obteria informação nova sobre cores se escapasse do seu quarto e que Mary aprenderia algo novo sobre cores em tal situação. Em razão dessa frouxidão no uso dos termos, o AC pode ser formulado tanto em termos de informação como em termos de conhecimento. Na verdade, é possível encontrar na discussão empreendida por Jackson não apenas uma alternância entre afirmações sobre as novas informações e os novos conhecimentos obtidos por Mary; em certa altura, aparecem também afirmações sobre os novos *fatos* que Mary descobre ao deixar sua prisão. Apesar dessas variações, de uma forma ou de outra, a discussão é consistente, girando sempre em torno da possibilidade de certa mudança na condição epistemológica de Mary no momento de sua hipotética soltura. Nesse sentido, a alcunha de ‘Argumento do Conhecimento’ parece justificada.

Uma quarta observação faz-se necessária para esclarecer que a versão do AC que aparece em Jackson (1982) é diferente da que aparece em Jackson (1986). No artigo de 1986, Jackson trata de algumas objeções que foram feitas ao AC logo numa primeira onda de reações à publicação de *Epiphenomenal Qualia* . Para tentar desfazer certos equívocos, ele acaba por reformular seu argumento original. Dessa vez, Jackson apresenta o caso de Mary em termos de ‘fatos físicos’, ao invés de apresentá-lo em termos de ‘informação física’. Em consequência disso, o AC ganha uma nova expressão. O raciocínio agora é o seguinte:

- (1)' Mary (before her release) knows everything physical there is to know about other people.
- (2)' Mary (before her release) does not know everything physical there is to know about other people (because she learns something about them on her release).
- Therefore,
- (3)' There are truths about other people (and herself) which escape the physicalist story (JACKSON, 1986, p. 293).

Embora Jackson entenda que essa versão do AC estabelece o seu ponto de forma mais convincente, minha impressão é de que ocorre exatamente o contrário. Se na sua primeira versão o argumento recebia as críticas dos fisicalistas, agora ele enfrentará objeções tanto de fisicalistas quanto de céticos acerca de outras mentes. Em razão disso, considero que essa reformulação torna o argumento mais frágil. Assim, neste artigo, vou

deixar de lado essa versão do AC para me dedicar unicamente a sua primeira versão, a qual me parece mais frontal.

Uma quinta e última observação sobre o AC é a de que ele é muito convincente para quem não esteja guarnecido de certas precauções filosóficas, e que, mesmo para muita gente que discorda de sua conclusão, não é nada fácil mostrar onde ele tropeça. Isso parece ser uma consequência da sua evidente simplicidade. Se analisarmos a instância do AC apresentada acima, reconheceremos sem dificuldade que a derivação de C1 a partir de P2 e P3 é trivial. De fato, essa passagem pode ser vista como uma instância do silogismo *Baroco* (Premissa maior: toda informação física sobre cores é possuída por Mary em seu quarto; premissa menor: alguma informação sobre cores não é possuída por Mary em seu quarto; conclusão: alguma informação sobre cores não é informação física sobre cores). Outrossim, a derivação de C2 a partir de P1 e C1 é imediata. Dessa forma, se há um problema com o AC, ele não parece ser devido a um simples erro de inferência. Destarte, a única opção disponível para quem discorda do resultado do AC é tentar mostrar que alguma de suas premissas é falsa ou ambígua. Efetivamente, é isso que farão os que contestam o argumento.

3. O que há de errado com o AC

Como já anteriormente mencionado, desde sua primeira aparição em 1982, o argumento do conhecimento de Frank Jackson tem suscitado grande interesse e várias tentativas de neutralizá-lo têm sido feitas. Nesta seção quero, primeiramente, fazer um rápido levantamento dessas tentativas, indicando em cada caso por que me parece que a crítica não é exitosa. Farei isso de forma rápida e esquemática porque meu principal interesse é apresentar uma objeção específica que me parece realmente fatal. Para facilitar a conferência dessas diferentes objeções, é conveniente dividi-las da seguinte forma:

a) Objeções à premissa (2)

Não há muitas críticas à premissa (2), uma vez que ela é vista, em geral, como uma estipulação, e entende-se que o autor tem liberdade para estipular como é ou deixa de ser o caso que ele mesmo está imaginando. Esse é o procedimento padrão quando apresentamos um experimento de pensamento. Escolhemos os traços gerais que a

situação imaginária deve ter e pedimos para o ouvinte/leitor imaginá-la assim. Se aquilo que o autor nos pede não é absurdo, ele está autorizado a pedi-lo.

Contudo, há quem defenda que Jackson nos pede demais quando nos pede para imaginar que Mary tinha toda a informação física sobre cores no seu quarto preto e branco. Dennett, por exemplo, argumenta que não é claro qual seria a extensão do conhecimento de um ser humano que possuísse toda informação física sobre cores. Ele afirma que “it's hard for anyone to imagine the consequences of someone knowing absolutely everything physical about anything!” (DENNETT, 1991, p. 400). Talvez fosse até o caso que tal pessoa pudesse conceber como são as cores que nunca viu ou pudesse alcançar pelo menos aproximações¹. De fato, Dennett insiste que seria plausível imaginar Mary saindo de seu quarto sem ficar nem um pouco surpresa com as coisas coloridas que veria. Por essa razão, é tentador pensar que a crítica de Dennett é dirigida contra a premissa (3), mas essa não é forma correta de entender sua argumentação. Na verdade, o problema para ele está na premissa (2), no fato de que não podemos conceber exatamente o que ela descreve, o que nos impede também de saber o que ela implica.

A meu ver, essa crítica perde o ponto, pois só teríamos uma razão para recusar a premissa (2) se tivéssemos razão para acreditar que ela é um contrassenso. Dennett não nos dá uma razão para acreditar nisso; o que ele faz é evidenciar que não conhecemos os detalhes acerca da condição epistemológica de uma pessoa que tem toda informação física sobre determinado tópico. Isso é uma deficiência nossa e não implica logicamente que o cenário seja impossível. Se ele é possível, podemos supor que a premissa (2) é verdadeira e avaliar a premissa (3) de acordo com as nossas intuições.

Outra crítica feita à premissa (2) é a de que ela é ambígua, posto que o termo ‘informação física’, que ocorre nela, também é ambíguo. Horgan (1984) contém uma crítica desse tipo. O argumento é que ‘informação física’ pode significar tanto ‘informação científica’ (‘informação explicitamente física’, na terminologia de Horgan) como ‘informação sobre o mundo físico’ (‘informação ontologicamente física’, na terminologia de Horgan). Horgan admite que a estória de Mary dá suporte à primeira leitura, mas sustenta que a tese fisicalista expressa na premissa (1) deveria ser entendida com base na segunda leitura. O seu veredito é então que o ataque do AC ao fisicalismo “is fallacious, being an equivocation on two different senses of the phrase ‘physical information’” (HORGAN, 1984, p. 149).

¹ Paul Churchland envereda por uma linha argumentativa semelhante em Churchland (1985, p. 25-6).

Jackson não deu muito importância à crítica de Horgan, dedicando a ela apenas a nota 1 do seu artigo *What Mary Didn't Know*, de 1986. Nessa nota, ele esclarece que sua compreensão do fisicalismo é de que ele implica que, se alguém soubesse tudo o que pode ser expresso em linguagem explicitamente física, essa pessoa saberia tudo. Com esse esclarecimento, Jackson dá a entender que o termo ‘informação física’ tem uma única leitura possível em todas as proposições do AC, a saber, a leitura na qual ‘informação física’ significa ‘informação científica’. Isso é suficiente para rebater a crítica de Horgan de que o AC é uma instância da falácia de quatro termos. Há, porém, um ponto da crítica de Horgan que, a meu ver, não é respondido adequadamente pela nota de Jackson. Vou falar mais sobre isso no final desta seção.

Uma última crítica à premissa (2) é aventada em Van Gullick (2004). A acusação agora é de que, à luz de certa hipótese, a premissa ocultaria um disparate. O raciocínio é o seguinte: se a experiência de cores é a única forma de obtermos certo tipo de informação física sobre cores, uma situação em que S tem toda informação física sobre cores é logicamente incompatível com uma situação em que S nunca viu outras cores além de variantes de preto e branco.

Outra vez, o problema aqui é que o argumento depende de uma hipótese que Jackson não é obrigado a aceitar. Se ‘informação física’ significa ‘informação científica’, então a situação em que Mary tem toda a informação física sobre cores é uma situação em que ela domina uma teoria completa das cores assim como uma teoria completa do processamento neurofuncional das cores. E, uma vez que Jackson sustenta que quem tem toda informação física sobre x sabe tudo o que há para saber sobre x de um ponto de vista físico, Mary pode carecer de certas experiências de cores e ainda assim ter toda informação física sobre cores. Em suma, não há nenhuma contradição oculta na premissa (2). É verdade que alguém poderia querer levantar uma objeção contra a acepção que Jackson dá à noção de *informação física*, mas, nesse caso, a crítica já não seria de que a premissa (2) oculta um contrassenso, mas de que o uso que Jackson faz de ‘informação física’ não é adequado.

b) Objeções à premissa 3

A premissa (3) do AC, apesar de ser muito plausível *prima facie*, é provavelmente ainda mais questionada que a premissa (2). Como é possível que Mary não aprenda nada sobre cores ao sair de seu cativeiro? É essa questão que todo crítico da

premissa (3) precisa responder. As mais célebres respostas a essa questão foram oferecidas em Nemirow (1980), Lewis (1983) e Churchland (1985)². Aqui vai um resumo delas, juntamente com algumas considerações sobre sua pertinência.

Os artigos de Laurence Nemirow e David Lewis lançam as bases de uma importante crítica ao AC que veio a ser conhecida como *hipótese da habilidade*. Segundo essa posição, Mary não ganhará informação nova sobre cores se vier a escapar do seu confinamento, ela só ganhará novas habilidades. Nemirow, comentando as ideias de Nagel sobre a consciência, repele a tese de que compreender uma experiência seja uma questão de apreender fatos. Para ele, isso é antes uma questão de adquirir certas habilidades. Lewis, por sua vez, desenvolve essa ideia e apresenta a hipótese da habilidade da seguinte forma:

Our proper answer, I think, is that knowing what it's like is not the possession of information at all. It isn't the elimination of any hitherto open possibilities. Rather, knowing what it's like is the possession of abilities: abilities to recognize, abilities to imagine, abilities to predict one's behavior by means of imaginative experiments (LEWIS, 1983, p. 131).

Nessa formulação, fica claro como a resposta da habilidade pretende solapar a plausibilidade da premissa (3) do AC. Mary não obterá informação nova se sair do seu quarto porque não há tal coisa como informação sobre *qualia*, o que há é a experiência com sua base neurofisiológica e as habilidades que advêm dela.

Para tornar mais persuasivo o seu ponto de vista, Lewis nos pede para imaginar três tipos de máquinas: uma que armazena e faz operações com informações, outra que produz um *template* a partir de um exemplo e o usa para reconhecer padrões semelhantes, e uma terceira que trabalha das duas formas, usando informações e *templates*. Ele ressalta então que, nesse terceiro caso, a máquina não usa informação para fazer *templates* de padrões a que ela nunca foi exposta. Dessa forma, ela pode ter informação sobre um padrão sem ter o *template* consentâneo, caso em que carecerá de uma habilidade e não poderá reconhecer o padrão. Se ela vier a ser exposta ao padrão, produzirá o *template* adequado e ganhará a habilidade de reconhecer o padrão, mas não

² Apesar de ter sido motivado por uma controvérsia iniciada em Churchland (1985), Churchland (1989) não mira mais na premissa (3); de fato, nem mesmo visa o AC apresentado em Jackson (1982), mas a versão revisada oferecida em Jackson (1986). Como minha intenção é revisar algumas das principais objeções à versão original do AC, não vou me deter em Churchland (1989).

ganhará nova informação. Para Lewis, nós podemos ser essas máquinas. Mary, especificamente, ilustraria o caso de alguém que, por um tempo, tem a informação sobre cores, mas não tem o *template*. No dia de sua fuga, ela tem a experiência, produz o *template* e adquire as habilidades de reconhecer, lembrar e imaginar novas cores, mas com isso ela não ganha informação nova sobre cores.

A analogia de Lewis não é propriamente uma explicação de como adquirimos novas habilidades, mas é algo que injeta intuições. O problema principal com ela é o problema comum a todas as analogias: não há garantias de que a coisa a ser explicada seja mesmo semelhante ao exemplo em seus aspectos essenciais. Mas concedamos que somos de fato como a terceira máquina descrita no parágrafo anterior. Uma questão emerge imediatamente: o que é o *template*? Lewis não dá detalhes. Não obstante, se se trata de fato de algo similar a um *template*, e se Mary adquire um desses quando, por exemplo, contempla o céu azul pela primeira vez, então provavelmente trata-se de um modelo de azul (uma amostra de azul, um espectro de matizes de azul, um padrão de ativação neuronal?). Nesse caso, por ocorrência de sua evasão, Mary não adquire apenas uma habilidade, mas, antes de tudo, um tipo novo de representação que lhe confere certas habilidades. Seja como for, é certo que o *template* é alguma coisa diferente de uma habilidade, e pode-se argumentar que Mary adquire um conhecimento novo sobre cores ou uma informação nova sobre cores justamente porque adquire conhecimento ou informação sobre esse *template*. Mas se é assim, a premissa 3 do AC está correta. A alegação de que Mary adquire novas habilidades deixa incólume a verdade da premissa 3 dado que a aquisição dessas habilidades parece depender da aquisição de um novo conhecimento. Deve-se notar, porém, que, se o *template* é um padrão de ativação neuronal, Mary já tinha conhecimento de sua estrutura em seu cárcere, ela só nunca o instanciara; de todo modo, quando o instancia, ela não fica sabendo nada de novo sobre seu processamento neuronal da cor experienciada. Defensores da hipótese da habilidade podem argumentar assim. A réplica do defensor do AC, no entanto, pode ser a seguinte: quem responde que Mary adquire uma nova informação quando vê azul pela primeira vez pensa assim porque considera que a informação nova de Mary é sobre a aparência do azul, não sobre qualquer representação neuronal do azul. Essa informação é essencialmente distinta de qualquer informação sobre o funcionamento do cérebro de Mary, e nada na defesa da hipótese da habilidade fornece qualquer razão para

abandonarmos essa intuição. Por essa análise, pode-se concluir que a hipótese da habilidade não é suficiente para refutar o AC ³.

Churchland (1985) apresenta uma objeção contra a premissa (3) que poderíamos chamar de *resposta dos modos de conhecimento* ⁴. A objeção é inspirada nas sugestões anteriores de Nemirov e Lewis, ainda que tente ultrapassá-las em abrangência. Na leitura de Paul Churchland, a essência da objeção da habilidade é a constatação de que o AC explora uma ambiguidade de ‘*knows about*’, o que o tornaria uma falácia de equivocação. Na premissa (2), quando se diz que Mary sabia tudo que se pode saber de físico sobre cores, a expressão ‘sabia ... sobre’ indica conhecimento proposicional, enquanto que, na premissa (3), quando se assevera que Mary não sabia tudo sobre cores, a expressão ‘sabia ... sobre’ indica conhecimento do tipo *know how*. Ou seja, o novo conhecimento de Mary é apenas uma habilidade, não é conhecimento proposicional, de modo que (2) e (3) não suportam a conclusão de que o novo conhecimento de Mary não é físico. Churchland observa, porém, que essa equivocação não depende de uma dicotomia entre conhecimento proposicional e conhecimento performativo, mas do fato de que podemos saber uma mesma coisa de muitos modos. A situação não é dual, mas plural. Isso ocorre porque podemos recorrer a diferentes formas de representação para representar os mesmos fatos. Baseado na ideia de que o cérebro dispõe de diferentes meios de codificação de informação, Churchland sustenta que o que ocorre por ocasião da soltura de Mary é que ela adquire uma nova forma de representar informações sobre cores, uma forma de representação não proposicional que consiste em padrões de ativação do córtex visual, algo que só está disponível para quem já tem familiaridade com as cores do mundo. Ocorre que a aquisição dessa nova forma de representação não dá a Mary um novo conhecimento sobre cores, mas apenas um novo meio de representar as informações sobre cores que ela já tinha em forma proposicional. A conclusão, portanto, é de que a premissa (3) do AC é falsa.

Mais uma vez, na minha opinião, a linha de argumentação mais viável para o defensor do AC parte da observação de que a intuição responsável pelo nosso impulso de assentimento à premissa (3) é uma intuição sobre o que Mary fica sabendo sobre a aparência das cores. É verdade que as cores que passam a ser percebidas por Mary precisam ser representadas em seu cérebro, mas isso não é tudo, também é verdade que

³ É claro que numa discussão mais aprofundada da hipótese da habilidade, outras alternativas de defesa da hipótese seriam examinadas e ofereceriam novos desafios para o defensor do AC.

⁴ Outra possibilidade é denominá-la de ‘hipótese da familiaridade’ (*acquaintance hypothesis*), como aparece em Nagasawa, Ludlow & Stoljar (2004).

tais cores terão certa aparência quando vistas por ela. É essa aparência que, antes, a despeito de seu extraordinário cabedal de informação física, Mary não conhecia e agora conhece. Se é assim, a alegação de que Mary pode recorrer a novas formas de representação neural de cores a partir de sua evasão não é suficiente para falsear a premissa (3). A nova forma representacional que é disponibilizada para Mary pela experiência vem junto com o conhecimento da aparência dessa mesma experiência. Dessa forma, o AC se mantém.

c) Objeção à premissa 1

A objeção à premissa (1) ficou por último porque, a meu ver, ela é a única que realmente pode solapar a força do AC. Este é o momento de retomar um ponto mais tenaz da objeção apresentada em Horgan (1984), precisamente aquele ponto que, conforme mencionei, não foi adequadamente tratado por Jackson. Um ponto de Horgan contra o AC era de que ele derrapava ao fazer um uso ambíguo do termo ‘informação física’. Esse ponto é rechaçado por Jackson da forma mais sumária possível, ao indicar que o termo sempre se refere à informação expressa ou exprimível em linguagem científica; nos termos próprios deste artigo, para Jackson, ‘informação física’ significa univocamente ‘informação científica’ (‘informação explicitamente física’, na terminologia de Horgan). Mas há outro ponto na crítica de Horgan que não recebe de Jackson a devida atenção, que é este: não é pacífico asseverar que o fisicalismo declara que toda informação é informação explicitamente física. Talvez alguns fisicalistas desejem subscrever essa asserção, mas nem todos, talvez nem a maioria. Em outras palavras, não resta evidente que a premissa (1) do AC deva ser acatada. Com efeito, como vimos, o próprio Horgan sugere uma caracterização diferente do fisicalismo, uma pela qual o fisicalismo declara que toda informação é informação ontologicamente física, vale dizer, informação sobre o mundo físico, havendo informação sobre o mundo físico que não é informação exprimível em linguagem científica.

Quem dá a caracterização de fisicalismo mais adequada, Jackson ou Horgan? Mais importante do que dar uma resposta a essa questão, embora haja uma sugestão de resposta mais adiante, é examinar como o AC se comporta em relação a essas diferentes concepções de fisicalismo. Por conveniência, chamemos a de Jackson de ‘fisicalismo_J’ e a de Horgan de ‘fisicalismo_H’, e usemos ‘informação científica’ no lugar de ‘informação física’. Podemos com isso formular uma versão do AC para cada proposta fisicalista:

Versão J:

P1: O fisicalismo_J declara que toda informação é informação científica.

P2: Em seu quarto, Mary tinha toda informação científica sobre cores.

P3: Em seu quarto, Mary não tinha toda informação sobre cores.

C1: Existe informação sobre cores que não é informação científica (de P2 e P3).

C2: O fisicalismo_J é falso (de P1 e C1).

Versão H:

P1: O fisicalismo_H declara que toda informação é informação científica.

P2: Em seu quarto, Mary tinha toda informação científica sobre cores.

P3: Em seu quarto, Mary não tinha toda informação sobre cores.

C1: Existe informação sobre cores que não é informação científica (de P2 e P3).

C2: O fisicalismo_H é falso (de P1 e C1).

Está claro que a versão H não prova a falsidade do fisicalismo_H uma vez que, nela, P1 é falsa. Se consertássemos P1, escrevendo que o fisicalismo_H declara que toda informação é informação ontologicamente física, não poderíamos mais derivar C1, tampouco C2, de modo que o fisicalismo_H permaneceria intocado pelo argumento. Desse modo, a conclusão é de que o AC é absolutamente inócuo para o fisicalismo_H.

A versão J, por outro lado, até onde percebo, é uma refutação contundente do fisicalismo_J. Desde que essa é a versão pretendida por Jackson, pode-se dizer que ele conseguiu montar um argumento que funciona. Um grande inconveniente, porém, é que o argumento tem alcance limitado; ele funciona apenas para o fisicalismo_J (isso, é claro, se considerarmos que as outras objeções ao AC são ineficazes). Outro inconveniente, vinculado ao primeiro, é que não há qualquer plausibilidade em pensar que era o objetivo de Jackson montar um argumento de alcance limitado. Como bom dualista que era, a intenção de Jackson só podia ser a de refutar o fisicalismo integralmente. É claro que ele pensou estar apresentando uma refutação geral quando apresentou o AC. Nesse sentido, uma vez que não foi isso que foi apresentado, ele fracassou. O fracasso é ainda mais evidente quando entramos no mérito da questão sobre qual seria a caracterização mais apropriada do fisicalismo, a de Jackson ou a de Horgan.

Horgan tem um ponto contra a caracterização de Jackson que é difícil de contestar. Suponha que Mary sai do quarto pela primeira vez e, ao ver tomates maduros, profere a seguinte sentença: “Seeing ripe tomatoes has this property”, “where ‘this property’ is used to designate the colour-*quale* that is instantiated in her present experience” (HORGAN, 1984, p. 151). Acontece que essa sentença não transmite informação explicitamente física, uma vez que Mary não a aprendeu em seu quarto, onde ela tinha toda informação explicitamente física sobre cores. Não obstante, se *qualia* são propriedades físicas, podemos dizer que a sentença contém informação ontologicamente física, isto é, informação sobre itens do mundo físico. Se é assim, há informação física que não é informação explicitamente física, e não parece razoável caracterizar o fisicalismo como a tese de que toda informação é informação explicitamente física. Por que o fisicalismo deveria descartar informações físicas como a da sentença proferida por Mary? Aqui, entretanto, um objetor poderia fazer a seguinte observação: não é admissível assumir que a sentença contém informação física, dado que é duvidoso que *qualia* sejam propriedades físicas. A isso deveríamos responder: pode até ser duvidoso que *qualia* sejam propriedades físicas, mas quem escolhe caracterizar o fisicalismo como a tese de que toda informação é informação explicitamente física, parece assumir que nenhum outro tipo de informação pode ser física, o que implica em assumir que a sentença de Mary contém informação não física, ou seja, implica em assumir que informação sobre um *quale* de cor é informação não física. O problema é que um defensor do AC não pode assumir isso, posto que é isso que o argumento quer provar.

Em face desses argumentos, a coisa mais sensata a fazer seria mesmo adotar uma concepção de *fisicalismo* mais abrangente, vale dizer, uma concepção na qual a noção de *informação física* é mais inclusiva. Pelo exemplo de Horgan, vemos que essa noção não é a de informação explicitamente física, pois, pelo menos hipoteticamente, a sentença de Mary contém informação ontologicamente física, mas não contém informação explicitamente física. *Per contra*, é evidente que toda informação explicitamente física é informação ontologicamente física, é informação sobre o mundo físico. Dessa forma, a noção de informação ontologicamente física impõe-se como a mais inclusiva, e o fisicalismo_H, como o mais abrangente.

Conclui-se, assim, que o que realmente debilita o AC é a premissa 1. Com ela, o AC prova apenas a falsidade do fisicalismo_J, mas nem sequer arranha o fisicalismo_H, o

qual, no final das contas, parece de fato constituir a concepção mais razoável de *fisicalismo*.

4. Conclusão

Apesar das considerações anteriores, não quero encerrar esta discussão pondo em relevo o fracasso do AC em cumprir o que se espera dele. Pelo contrário, nestes últimos parágrafos enfatizarei dois pontos positivos do AC, um que diz respeito ao que ele demonstra atualmente, e outro que concerne a algo que ele pode nos ajudar a compreender através de uma de suas conclusões.

Apesar do que foi sustentado no final da seção anterior, é quase certo que ainda haverá fisicalistas que adotarão o fisicalismo_J. É concebível que o próprio Jackson tenha tal visão do fisicalismo pelo fato de essa ser a visão professada por muitos fisicalistas. Isso ocorre porque gostamos de pensar na ciência como uma forma sistemática de obter informação sobre tudo o que existe. Aceitar que há informação física que não é explicitamente física equivale a aceitar que há informação que não podemos obter pela via da ciência. Aparentemente, para as consciências mais suscetíveis, o pensamento de que há tal limite para a ciência é intolerável.

O AC, mesmo com todas as suas limitações, pode ser um remédio contra essa forma exagerada de estimar os poderes da ciência. Se reexaminarmos a versão J do AC, veremos que uma consequência trivial de C1 é a de que há informação que não é informação científica. Essa consequência é obtida independentemente do que venhamos a pensar sobre a natureza dessa informação, seja ela física ou não. Ora, se há informação que não é informação científica, então a ciência não pode nos contar a história toda sobre o mundo. Em particular, a ciência não pôde dar a Mary o azul do céu, ou o vermelho dos tomates maduros, e talvez não possa efetivamente nos dar o *quale* de experiência alguma. Talvez seja como Einstein disse uma vez, a ciência não nos dá o gosto da sopa. Apontar para essa conclusão é um mérito do AC que não deveria ser subestimado.

Essas observações me trazem ao segundo ponto positivo do AC que quero ressaltar. O ponto é que o AC nos conduz a essa constatação de que a nova informação obtida por Mary não é informação científica e, a partir dessa constatação, podemos raciocinar assim: muito bem, a informação nova de Mary não é do tipo que a ciência dá, sendo, por outro lado, do tipo que a experiência dá; mas por que isso é assim? Por que a

ciência não pode entregar essa informação que a experiência entrega? Vamos chamar esse tipo de informação de *informação fenomênica*. Com a adoção desse rótulo, a questão pode ser reformulada da seguinte maneira: o que há na informação fenomênica que a coloca fora do alcance da ciência?

Tenho investigado essa questão há algum tempo e pretendo apresentar minhas conclusões em breve em outro artigo. No momento, o que posso dizer é que a investigação exigiu de mim uma análise da estrutura da aparência⁵. O primeiro passo dessa análise foi a observação de que a informação fenomênica, como qualquer informação, precisa de uma estrutura representacional (um *medium*) onde possa ser codificada. Ora, o que poderia constituir a estrutura representacional da informação fenomênica senão as qualidades que dão às nossas experiências a aparência que elas têm, a saber, os *qualia*? De fato, essa é a primeira sugestão que gostaria de fazer no momento, os *qualia* constituem a estrutura representacional da informação fenomênica. Uma segunda sugestão é a de que um sujeito de experiência só pode tomar consciência de uma informação fenomênica se estiver consciente da sua estrutura representacional. Ora, estar consciente dos *qualia* de uma experiência equivale a estar consciente da aparência dessa experiência, algo intrinsecamente subjetivo. A partir dessas sugestões, emerge uma resposta à questão apresentada no final do parágrafo anterior: o que coloca a informação fenomênica irremediavelmente fora do alcance da ciência é sua estrutura representacional. Uma vez que essa estrutura tem uma existência puramente subjetiva e que a ciência lida apenas com a objetividade, segue-se que a ciência não pode e nunca poderá nos dar informação fenomênica. Seja essa análise correta ou não, o fato é que ela só se tornou possível graças às visitas que fiz ao quarto de Mary.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHURCHLAND, P. M. Reduction, qualia, and the direct introspection of brain states.

The Journal of Philosophy, Vol. 82, No. 1, 1985, p. 8-28.

_____. Knowing qualia: a reply to Jackson. In: *A Neurocomputational Perspective*, MIT Press, 1989.

DENNETT, D. *Consciousness explained*. Boston: Little, Brown & Co, 1991.

⁵ A escolha de palavras aqui não é fortuita, sabendo que alguém pode ver nelas uma alusão à célebre obra de Nelson Goodman, ‘*The Structure of Appearance*’, de 1951. Lá, como aqui, há uma preocupação com a noção de *qualia*, embora a minha compreensão dessa noção divirja da de Goodman em pontos importantes.

- HORGAN, T. On physical information and qualia. *The Philosophical Quarterly*, Vol. 34, No. 135, 1984, p. 147-152;
- JACKSON, F. Epiphenomenal qualia. *Philosophical Quarterly*, 32, 1982, p. 127-36.
- _____. What Mary didn't know. *Journal of Philosophy*, N° 83, 1986, p. 291-295.
- LEWIS, D. Postscript to "Mad pain and martian pain". In: *Philosophical papers*. Volume 1. Oxford: Oxford University Press, 1983, p. 130-2.
- LYCAN, W. Perspectival representation and the knowledge argument. In: QUENTIN, S. & ALEKSANDAR, J. (Eds.). *Consciousness: new philosophical perspectives*. Oxford University Press, 2003, p. 384-395.
- NAGASAWA, Y, LUDLOW, P, & STOLJAR, D. (Eds.). *There's something about Mary: essays on Frank Jackson's knowledge argument*. MIT Press, 2004.
- NAGEL, T. What is it like to be a bat? *Philosophical Review*, v. LXXXIII, n. 4, p. 435-450, 1974.
- NEMIROV, L. Review of "Mortal questions" (Thomas Nagel). *The Philosophical Review*, Vol. 89, No. 3, 1980, p. 473-477.
- VAN GULLICK, R. So many ways of say no to Mary. In: NAGASAWA, Y, LUDLOW, P, & STOLJAR, D. (Eds.). *There's something about Mary: essays on Frank Jackson's knowledge argument*. MIT Press, 2004, p. 365-405.